

13 pontos programáticos da Coligação

1. Desenvolvimento Urbano, Habitação

Reestruturar a Secretaria de Habitação e retomar a **política habitacional** voltada as famílias de baixa renda, com ênfase na regularização fundiária e fortalecimento das cooperativas habitacionais.

Reativar e reformatar o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS. Criação Conselho da Cidade.

Criar ou Reativar caso existente, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, com novas formas de alimentar este Fundo, através de várias formas de recebimento de recursos. Implementar a Lei de Assistência Técnica, através do FNHIS, junto aos projetos de Regularização Fundiária.

Implementar instrumentos Previstos no Plano diretor e Estatuto das Cidades.

Criar um Plano para Regularização Fundiária. Representação no GT de Parcelamento de Solo para representante de Regularização Fundiária.

Criar GT de Regularização Fundiária com a participação da população das áreas a serem regularizadas, técnicos da Secretaria, entidades e técnicos responsáveis pelos projetos, e também para regularizar as áreas pertencentes às cooperativas.

Implantar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) que contempla as demandas de habitação e de regularização de áreas no Município.

Estimular a parceria de agentes públicos e privados, da sociedade civil organizada, dos setores técnicos e acadêmicos na formulação e implementação da Política Municipal de Habitação.

2. Desenvolvimento Econômico

Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas de geração de emprego, empreendedorismo, cooperativismo e autogestão, com criatividade tecnológica e inovação. Incentivar a formalização e o crescimento das micros, pequenas e médias empresas.

Fortalecer e ampliar o Sistema Municipal de Microcrédito Mão na Roda, em parceria com instituições financeiras.

Promover e incentivar a Economia Solidária em conjunto com o Fórum Municipal de Economia Solidária.

Promover a industrialização inclusiva e sustentável através de parcerias publica e privadas e apoio aos Parques Industriais e Tecnológicos.

3. Desenvolvimento Social

Desenvolver e realizar uma política de apoio às crianças, adolescentes e suas famílias que estão em vulnerabilidade social e tem seus direitos violados, como prioridade absoluta e com responsabilidade de toda a administração pública, e não apenas da assistência social em respeito ao Art. 227 da Constituição Federal.

Fortalecer as Políticas Sociais como agenda e com orçamento, qualificando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a retomar as iniciativas como o Programa de Auxílio Solidário (PAS) para as pessoas que mais necessitam de proteção social.

4. Educação

Garantia do Acesso à Educação Infantil em Tempo Integral;

Democratização, qualificação e inovação na Educação Pública Municipal;

Respeito e diálogo com os trabalhadores em educação, educadoras, servidores públicos, estudantes e cidadãos e cidadãs.

Implementação do Plano Municipal de Educação.

5. Democracia e Participação

Radicalizar na democracia para além do Orçamento Participativo, que deve ser reestruturado e potencializado.

Criar novas formas de participação popular além das presenciais incorporando os mecanismos de interação virtual pelas redes sociais.

Respeitar as deliberações de conferências setoriais e gerais, fortalecer e empoderar os conselhos municipais já existentes incorporando a participação de trabalhadores e usuários (população atendida).

Criar o Conselho Municipal Popular que represente toda a cidade, representando todas as diferenças econômicas, cidadãs, étnicas, políticas, sociais, religiosas, de gênero que vivem na cidade. Ampliar com este Conselho a participação da sociedade civil para exercer o Controle Social, monitorando as políticas públicas existentes e sugerir outras novas quando necessário.

6. Saúde

Priorizar a saúde preventiva, fortalecer a rede de atendimento básico e aumentar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família.

Abertura 24 horas por dia dos Centros de Saúde e da UPA.

Rigorosa fiscalização na prestação de serviços do corpo médico para se cumpra o horário determinado em contrato e qualidade no atendimento.

Construir uma política de saúde municipal pautada na isonomia entre os servidores públicos e direcionada pela equidade no atendimento a população.

Favorecer a Atenção Básica nas suas especificidades e fortalecer o vínculo com as comunidades assistidas através da participação popular no Controle Social.

Entendemos que melhorar a qualidade do atendimento através da Educação Continuada e Educação permanente na Atenção Primária e Hospital Centenário é garantir a resolutividade do atendimento e a certeza do leito a disposição de quem precisa no Hospital ou na UPA.

Este governo terá como primazia na sua gestão discutir a saúde pública municipal com as comunidades e com os servidores através de interlocutores setoriais.

7. Segurança e mobilidade urbana

Elaborar e implementar um Plano Municipal de Segurança Cidadã e de um Conselho Municipal de Segurança, com participação ativa da população, através das entidades representativas e da participação cidadã respeitando as regiões nos quatro quadrantes .

Criar programas de prevenção a segurança envolvendo áreas da educação, saúde, urbanismo, mobilidade urbana, mulheres, juventude, esporte e lazer, aproveitando os espaços físicos existentes nas escolas municipais, com atividades culturais, esportivas e artísticas. Fortalecer o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, realizando políticas e ações em conjunto com a BM, a Polícia Civil, os Bombeiros e a Guarda Municipal, no combate a violência e a criminalidade.

Criar linhas transversais a fim de atender deslocamentos da população entre as diversas regiões da cidade.

8. Meio Ambiente

Promover o controle sem trégua sobre todas as formas de poluição, através da fiscalização e da educação ambiental. Qualificar os serviços de limpeza urbana, especialmente da coleta seletiva e do tratamento dos resíduos sólidos.

Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água com acesso universal e equitativo a toda população.

Promover a educação ambiental formal e informal potencializando o Atlas Ambiental de São Leopoldo, o Jardim Botânico e o Centro Roessler – Museu do Rio dos Sinos.

Aumentar substancialmente a eficiência no abastecimento de água e tratamento de esgoto, controlando e reduzindo perdas, promovendo a retirada sustentável de água do rio dos Sinos.

Promover política de incentivo ao uso de energias renováveis e demais práticas sustentáveis.

9. Mulheres

Estimular a implantação e a implementação de ações que atendam às necessidades específicas das mulheres, nas diferentes fases do ciclo vital e com diferentes orientações sexuais, na Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Implantar e implementar o Centro de referência em Saúde da Mulher no município, incorporando o enfoque de gênero na execução de Políticas e Programas da voltados à Saúde da mulher.

Ampliar e capacitar a Rede de Atendimento às mulheres garantindo a implementação da Lei Maria da Penha para a prevenção e o atendimento às mulheres em situação de violência.

Ampliar o acesso ao mercado de trabalho através de cursos de capacitação para o trabalho e geração de renda, estimular a organização de cooperativas, economia solidária e autogestão empreendedora.

10. Juventude

Potencializar espaços de convívio nas escolas, associações, clubes e igrejas da cidade para que sejam realizadas atividades culturais, esportivas e artísticas, em horários de contra turno escolar, evitando a sua disponibilidade e vulnerabilidade ao tráfico de drogas. Neste sentido, replicar e modernizar o extinto programa “Escola Aberta”, como uma política municipal nas Escolas da Rede municipal.

Proporcionar educação que contribua para a sua qualificação para o mundo do trabalho gerando renda e autonomia financeira e proporcione condições para desenvolver capacidade de realizar gestão empreendedora.

Criar condições para a sua inserção na economia do conhecimento, através da ampliação e ocupação de espaços públicos acessíveis ao uso das Tecnologias da Informação.

11. Direitos Humanos

Os direitos humanos são compreendidos como todo e qualquer direito inerente ao ser humano. Uma vez que acreditamos que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, religião e opinião política entendemos como um dever do estado e um compromisso de governo construir políticas que venham ao encontro do combate a intolerância, ao ódio e ao preconceito. Neste sentido propomos a cidade de São Leopoldo trabalhar juntos para construir a efetiva garantia de proteção a estes direitos, que normalmente são negligenciados principalmente às chamadas minorias sociais. Então, nosso programa compromete-se em respeitar a dignidade e o valor de cada pessoa.

12. Cultura

Resgatar a Secretaria de Cultura voltada exclusivamente às Políticas Culturais, visando a descentralização e democratização destas políticas.

Fortalecer o Conselho Municipal de Cultura como órgão deliberativo atuante junto à Secretaria e reestabelecer o Fundo Municipal de Cultura com Edital anual.

Recuperar os equipamentos Culturais da Cidade: Centro Cultural José Pedro Boéssio, Casa do Imigrante, Museu do Trem e Museu do Rio, restabelecendo as funções originais para as quais foram criadas.

Apoiar e qualificar as agendas culturais dos eventos já Tradicionais em nossa cidade, como, Carnaval, Semana da Consciência Negra, Parada do Orgulho LGBT, Semana do Hip Hop, Semana Farroupilha, São Leopoldo Fest e Feira do Livro.

13. Institucionalidade

No sentido de instituir mecanismos de combate à corrupção, proporcionar maior transparência e aumentar o controle social sobre a ação governamental, propormos a criação do Conselho Municipal de Fiscalização Popular.

O Conselho Municipal de Fiscalização Popular será composto por membros representantes da sociedade, eleitos durante o processo de construção do Orçamento Participativo.

O Conselho será dotado de uma Ouvidoria para colher denúncias e pleno poder para intervir no Governo para averiguá-las.

Os seus membros serão denominados de Fiscais Populares, receberão treinamento para dominar as leis que regem os processos licitatórios e terão a prerrogativa de acompanhar as obras, as compras e as prestações de serviços contratadas pela Administração Municipal e se reportarão diretamente ao Prefeito.

Com relação específica ao Funcionalismo, os serviços prestados pela administração pública à população, necessariamente passam pelo corpo funcional da prefeitura e seus demais órgãos e empresas. Um serviço público de qualidade está intrinsecamente relacionado ao tipo de ambiente e estrutura a que dispõem os seus servidores para seu pleno exercício profissionais. Nesta direção vemos a necessidade urgente de recuperamos a dignidade e respeito aos servidores municipais, acabando com parcelamentos salariais e atrasos e investindo responsavelmente em modernização e qualificação permanente além de criar um ambiente saudável para o exercício das funções públicas.